

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA
..... DO FORO**

.....(nome completo),
(nacionalidade),.....(estado civil),.....(profissão), **neste ato representado
legalmente, por sua genitora, Sra.**.....(nome
completo),(nacionalidade),..... (estado civil),.....(profissão),
portadora da cédula de identidade RG nº, inscrita no CPF/MF sob nº
....., residentes e domiciliados à(endereço completo: rua
[av.]....., nº....., complemento, bairro, cidade....., CEP, UF.....), por
seu Advogado e bastante procurador *in fine* assinado e constituído na forma do
incluso Instrumento Público de Procuração (doc.....), vem, respeitosamente à
honrosa presença de Vossa Excelência, com fundamentos na Lei 5.478/1968,
promover a presente

**AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE
CUMULADA COM PEDIDO DE ALIMENTOS**

em face de(nome completo),.....(nacionalidade),.....(estado
civil),(profissão), portador da cédula de identidade RG nº e
CPF/MF nº, residente e domiciliado à..... (endereço completo: rua
[av.]....., nº....., complemento....., bairro....., cidade....., CEP....., UF.....), e que

deverá seguir o **procedimento especial**, fazendo-o pelas razões de fato e de direito que passa a expor e ao final requerer:

PRELIMINARMENTE

Com fulcro no artigo 155, inciso II do Código de Processo Civil, requer que o presente feito seja processado em segredo de justiça.

Nos termos do artigo 4º da Lei 1.060/1950 , requer o deferimento da assistência judiciária gratuita ante ao fato de atualmente estar desempregada, não podendo arcar com os encargos do processo sem prejuízo da própria subsistência e de sua família, conforme declaração em anexo (doc....).

I- DOS FATOS

A Requerente conheceu o Requerido por volta do mês de de(mês e ano) e tiveram relacionamento duradouro.

O relacionamento foi se solidificando e o Requerido já estava conhecendo a família da Requerente e freqüentando sua casa.

Desse relacionamento afetivo e íntimo entre a Requerente e o Requerido, em um final de semana do casal, foi gerada uma criança, que, ao nascer recebeu da mãe, ora Requerente, o nome de, conforme cópia em anexo da certidão de nascimento.

Logo após saber da gestação o Requerido afastou-se da Requerente. Mesmo tendo sido abandonada grávida Requerente manteve a gestação.

No mês de(mês e ano), na Maternidade(nome do hospital), às horas nasceu o menor cuja ficha de internação está cadastrada como Prontuário nº

Meses se passaram e a Requerente insistiu para que o Requerido conhecesse o filho, mas esse sempre com respostas evasivas e atitudes omissas, negou-se.

A Requerente tentou por várias vezes conseguir que o Requerido conhecesse o filho, mas esse sempre se negou, inclusive mudando-se para outra localidade, sem deixar endereço.

Hoje, o menor conta com (.....) anos de idade e sabe da existência de seu pai como também de sua recusa em conhecê-lo e assumi-lo.

Durante todo esse tempo foi o menor sustentado material e moralmente pela genitora com auxílio de seus familiares.

II- DO DIREITO

O Requerido é pessoa que possui uma vida amena, reside em casa própria e possui uma situação patrimonial estável, com possibilidade de alimentar o menor.

Por todas as vezes que a mãe do menor procurou o Requerido para que ao menos conhecesse o filho, esse sempre se recusou.

Diante de tal situação e não podendo mais perdurar dessa maneira, procura os direitos do menor, pois amigavelmente todas as tentativas restaram frustradas.

Concomitantemente, o artigo 1.694 do Código Civil pátrio assegura ao menor, ora representado pela Requerente, o direito a exigir alimentos de que necessita para subsistir.

Diante disso, entende a Requerente que o Requerido deve concorrer com a capacidade de alimentar e assim o devendo fazer.

A Requerente sempre se responsabilizou sozinha pela educação e pelo amparo material do menor, desde o seu nascimento até os dias de hoje.

Reside numa casa simples com o filho e sempre trabalhou e arcou com todas as despesas do menor, dando-lhe alimentação, tratando de sua saúde, oferecendo-lhe abrigo e proteção.

Porém, hoje está desempregada e com dificuldades para obter novo emprego, Teme não poder suprir as necessidades de subsistência do filho, que na adolescência tem um aumento nas despesas de seu sustento material.

Nesse diapasão e com a vigente Constituição da República Federativa do Brasil é possível conceder ao filho, com a filiação ainda não reconhecida, o direito a receber alimentos provisórios, sendo que, se tal pleito for denegado, estará estabelecendo-se uma discriminação que o texto constitucional não comporta.

III- DO PEDIDO

Por todo o exposto, requer a Vossa Excelência:

1. Que seja fixada uma prestação alimentícia provisória, de ao menos (.....) salários mínimos vigentes, a serem depositados em conta corrente a ser aberta por determinação desse juízo ou em conta corrente já existente em nome da mãe do menor, cujos dados são: Banco – Ag. – c/c nº

2. Seja citado do Requerido, pelo correio, para que, querendo, tempestivamente apresente defesa, sob pena de não o fazendo, serem-lhe aplicados os efeitos da revelia e confissão.

3. Que desde já seja autorizado por esse MM Juízo a realização de prova pericial laboratorial por meio de exame de DNA, junto ao IMESC ou em caso de produção por entidade particular, seja o Requerido condenado nas custas e demais exames necessários para a elucidação da verdade.

4. A produção de provas por todos os meios em direito admitidas, especialmente o depoimento pessoal do Requerido, sob penas de confissão, juntada de novos documentos, oitiva de testemunhas que serão arroladas no momento oportuno e demais provas que se fizerem necessárias.

Por fim, reitere o pedido de concessão dos benefícios da justiça gratuita, requerendo que a presente seja julgada **PROCEDENTE** com a condenação do Requerido ao pagamento de uma pensão alimentícia definitiva, custas processuais e honorários advocatícios e demais cominações de estilo, bem como a conseqüente expedição do mandado de retificação ao cartório de registro civil para fazer constar todas as qualificações pertinentes à filiação do menor.

À presente dá-se o valor de R\$(valor por extenso)
para os efeitos legais.

Nestes termos,

Pede Deferimento

....., de de
(local e data)

.....
Advogado (nome).....
OAB/..... nº